

# A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

## O BRASIL EM 4 DÉCADAS

O Capítulo I – A Inserção Internacional da Economia Brasileira, 1960-2000 – inicialmente destaca na primeira seção o momento histórico que o país encontra-se atualmente, ou seja, o Brasil apresenta-se em condições mais favoráveis para empreender um processo de crescimento sustentado, e como destaca o autor do texto, com maior equidade na apropriação da renda e da riqueza.

A autoria chama nossa atenção sobre as disparidades no contexto mundial, de controle sobre a moeda e as finanças, de geração e difusão do progresso técnico e de poder militar, e nos relata que especialmente que os projetos de desenvolvimento nacionais ficam fortemente condicionados, em cada um dos momentos históricos, pelas condições preponderantes na geopolítica e na geoeconomia internacional.

Na seção 2, que trata sobre as restrições externas predominantes na década de 1960, inicialmente no que diz respeito aos países latino-americanos que não tiveram acesso nem à doação de recursos por meio de um *Plano Marshall* (1947-1952), que tinha como uma dos principais objetivos recuperar e reorganizar a economia dos países capitalistas, aumentando o vínculo deles com os Estados Unidos, principalmente através das relações comerciais, e nem a uma economia regional em construção apoiada pelo acesso privilegiado aos mercados da Comunidade Econômica Européia e a integração, posteriormente, com os países asiáticos.

Evidencia que a *Aliança para o Progresso*, programa dos Estados Unidos da América, efetuado entre 1961 e 1970, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico mediante a colaboração financeira e técnica em toda a América Latina a fim de não deixar aparecer outro país com tendências aos ideais comunistas, após a revolução cubana, apresentou contribuição restrita para o crescimento da região. Ou seja, o financiamento externo tornou-se muito dependente da expansão do investimento direto das multinacionais dos Estados Unidos, da Europa e, posteriormente, do Japão, dadas as dificuldades para se expandir as exportações predominantemente de bens primários.

Em 1956 a economia brasileira apresentava um quadro de grandes desequilíbrios: grandes déficits fiscais agravados por dificuldades de financiamento externo. Nesse contexto, dado que as adoções de políticas contracionistas seriam politicamente insustentáveis para o governo (as tentativas anteriores de contração do crédito para controlar a inflação foram efêmeras), o presidente Juscelino Kubitschek

(1956-1961), optou um conjunto de políticas econômicas, denominado *Plano de Metas*, como, por exemplo, a expansão dos investimentos das empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.), das companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e das corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico).

Os investimentos das multinacionais concentraram-se, na década de 1950, em setores voltados para o mercado interno e acabaram tendo efeito líquido negativo em termos de geração de divisas e a capacidade de importar tornou-se dependente do dinamismo das exportações concentradas em *commodities* minerais e agrícolas, e ainda enfrentou o protecionismo dos países centrais.

Na década de 70 é apresentado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), um diagnóstico e estratégias delineadas no âmbito da Política Econômica Internacional onde foram discutidas as perspectivas do setor externo e traçado as sugestões para a política do comércio exterior, as políticas de capitais estrangeiros, a política cambial. Inicialmente, nas perspectivas do setor externo, ressalta-se a importância das exportações para o avanço do processo de industrialização brasileira e destaca que a substituição das importações via industrialização ao invés de reduzir, pode na verdade aumentar a dependência da economia brasileira em relação às exportações.

O Plano sugeria uma série de ações no campo da política de comércio exterior, como por exemplo, acordos bilaterais, continuação do processo de desburocratização do setor externo, sistema bancário privado deveria participar mais intensamente em prover financiamento à exportação a juros mais baixos, inclusive à produção exportável, entre outros.

Como apresentado pela autoria, a entrada de capital financeiro externo no país no período 1960-1970 foi pouco significativa, com o predomínio das operações de empréstimos de fornecedores e financiamentos contratados junto a organismos oficiais e multilaterais de crédito internacional – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Eximbank, ainda assim, a dívida externa era relativamente pequena. Em 1964, a dívida externa total somava US\$ 3,3 bilhões e as reservas internacionais atingiam apenas US\$ 244,3 milhões

Na seção 3, que trata sobre a inserção internacional mais virtuosa na década de 2000, destaca que após a acentuada desvalorização cambial de 1999 e diante das frustrações renitentes com o fraco desempenho econômico brasileiro, as empresas

passaram a adotar estratégias exportadoras mais ativas, mediante esforço comercial e de rearranjo da distribuição das linhas de produção entre as filiais das corporações multinacionais, assim, houve ampliação das vendas de produtos manufaturados de maior valor agregado, tais como autopeças, chassis, automóveis, tratores, aviões, bens de capital, móveis e eletroeletrônicos.

Nesta fase, o aumento do volume dos manufaturados e a recuperação dos preços das commodities permitiram que o saldo comercial se ampliasse, mesmo com o aumento das importações, entre 2002 e 2006.

A seguir, o investimento estrangeiro direto chegou a atingir US\$ 71,8 bilhões em 2008, desempenhando papel relevante na consolidação das contas externas, bem como imediatamente após o plano de estabilização da moeda brasileira (Plano Real, 1994), as empresas procuraram explorar o potencial de crescimento do mercado interno. Os programas de privatização (telecomunicações, mineração, energia elétrica, bancos estaduais etc.) também permitiram um aumento considerável do investimento estrangeiro direto no país e a internacionalização dos grandes grupos nacionais facilitou a atualização tecnológica, a conquista de posições em mercados dinâmicos e o acesso a fontes externas de financiamento.

Com isso, o setor público brasileiro passou de devedor a credor em moeda estrangeira, e a seguir, a partir de 2003, a política externa brasileira reforça uma perspectiva de inserção internacional soberana que passa, necessariamente, por maior e mais ampla integração sulamericana, contribuindo para a reestruturação da hierarquia entre os países, especialmente o fortalecimento do Mercosul.

Na seção 4, alguns desafios a serem enfrentados são apresentados como por exemplo: a) menos de 40% do investimento estrangeiro direto recebido pela economia brasileira direcionaram-se para a construção de novas unidades produtivas; b) o papel das filiais estrangeiras na internalização de atividades “mais nobres” do processo produtivo da cadeia global de valor ainda é muito tímido; c) o acirramento da competição global por espaços de realização de lucros, particularmente frente à crise contemporânea, tem desencadeado nas empresas de outros países em desenvolvimento uma política agressiva de internacionalização, tais como na China e na Índia. E Por fim, o investimento brasileiro no exterior precisa avançar em setores não tradicionais, ter maior diversidade geográfica e principalmente servir de fonte de sinergias e absorção de tecnologias pelo setor industrial doméstico.

O que descobri de novo e que mais me chamou atenção foi que no período das quatro décadas, os objetivos nacionais nos anos 60 e 70 foram voltados para o crescimento econômico, nos anos 80 foi o equilíbrio externo e nos anos 90 foi à estabilidade dos preços.

E como objetivos nacionais que foram sacrificados nestes períodos, identifiquei que nos anos 60 e 70 foram o equilíbrio externo e a estabilidade de preços, nos anos 80 foram o crescimento e a estabilidade de preços, e nos anos 90 foram às contas externas e o crescimento.

## **REFERÊNCIAS**

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Economia brasileira** / Fernando Tadeu de Miranda Borges, Pedro Caldas Chadarevia. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010. Págs 111 - 132.

BRASIL. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Textos para Discussão. A Inserção Internacional da Economia Brasileira – 1960-2000. Páginas 09 – 17. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1500.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1500.pdf) > Acesso em 03/10/12